

Um sopro de renovação no FMI

ROBERT APPY
Enviado especial

WASHINGTON — É pouco comum que após a reunião do comitê interino apareçam propostas novas nos discursos dos delegados. Ontem sentimos esse sopro de renovação das atividades dos organismos internacionais. Essas propostas, partindo de países em desenvolvimento, não têm grande efeito. Entretanto, o ministro Luiz Carlos Bresser Pereira, que se aproveitou da grande vantagem de falar justo antes do secretário do Tesouro norte-americano, dispondo assim de uma audiência maior, contribuiu para criar uma nova tradição ao explicar com clareza a posição dos países intermediários endividados. Mas foram as declarações do secretário do Tesouro norte-americano que, de certo modo, reforçaram a posição de nosso ministro. Verificou-se que algo está mudando na abordagem do problema da dívida.

Em outra parte estamos dando o resumo da declaração de James Baker III, mas é necessário mostrar em que contexto foi realizada, como também o que ela comporta de novidades. Quando em 1985, na conferência de Seul, o secretário Baker lançou o plano que tem seu nome,

acreditava-se nos meios dos países industrializados que a cooperação entre países endividados, organismos internacionais e bancos comerciais seria a solução para o problema da dívida.

Dois anos depois podemos considerar que o Plano Baker é no starter. Os programas de ajustamento ditados pelo FMI foram realizados a custo de grandes sacrifícios, mas com poucos resultados, pois, faltaram, como bem destacou o ministro Bresser Pereira, as duas outras componentes. Verificou-se também que o FMI ao exercer um monitoramento visando o curto prazo estava colocando-se numa posição que o forçava a reconhecer que os compromissos dos países endividados não tinham sido respeitados.

Seria certamente exagerado pensar que as propostas do secretário do Tesouro são revolucionárias. Não podemos deixar de notar que em nenhum momento do seu discurso Baker referiu-se ao aumento de flexibilidade da atuação do Clube de Paris. No tocante às relações dos governos com os bancos comerciais, limitou-se a dizer que o governo norte-americano teria de ter mais flexibilidade para permitir a criação dos novos instrumentos

de crédito para solucionar o problema da dívida.

A proposição relativa a uma novo tipo de empréstimos compensatórios (para o qual será necessário encontrar recursos suplementares) parece-nos um grande passo à frente. Com efeito, a compensação não se limitaria à queda dos preços das matérias-primas, mas também levaria em conta desastres naturais e um aumento das taxas de juros. É uma proposta que torna ainda mais atraente um bom relacionamento do Brasil com o FMI. Quando o secretário do Tesouro propõe que para o stand by o monitoramento do FMI passe a ser semestral em lugar de trimestral, está abrindo uma porta para que se faça uma revisão profunda da atuação do FMI que, ao considerar apenas no curto prazo, não consegue resolver os problemas que exigem uma maturação muito maior para dar resultados.

Para os que não acompanham a vida de uma instituição como o FMI, essa proposta pode parecer bem limitada. No entanto, se a considerarmos ao lado das propostas do diretor-gerente do FMI para uma revisão dos critérios de condicionalidade, temos de admitir que isso representa grande progresso.